



EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: NOTAS SOBRE A POSSIBILIDADE DE FORMAÇÃO DE PRECONCEITO ÉTNICO-RACIAL

Irene C. Andrade Rangel
UNESP-Rio Claro-SP

LETPEF-Laboratório de Estudos e Trabalhos Pedagógicos em Ed. Física

Resumo: O objetivo deste artigo é refletir sobre a possibilidade de haver a formação do preconceito étnico-racial em aulas de Educação Física na Educação Infantil. Através de uma revisão de literatura e observações assistemáticas, o tema foi analisado e verificado que existem formas de discriminação e preconceitos a partir do ingresso da criança na escola infantil. Como o tema é relativamente ausente do currículo das escolas de formação profissional do professor de Educação Física, serão dadas sugestões sobre como conviver e favorecer a convivência entre todas as crianças, respeitando, compreendendo e, acima de tudo, valorizando a diversidade cultural brasileira.

Palavras chave: preconceito racial; Educação Física.

PHYSICAL EDUCATION CLASSES AT KINDERGARTEN: ANNOTATION ABOUT RACIAL ETHNIC PREJUDICE FORMATION

Abstract: The objective of this article is to think about the possibility of racial prejudice formation in Physical Education classes in the kindergarden. Through a bibliographic research there are discrimination and racial prejudice since the child attends to kindergarden. In Brazil this subject is absence in professor formation professional Physical Education curriculum. This article purpose is to give suggestions about how to ideal and make easy all children acquaintance, no matter their race.

Key-words: racial prejudic; Physical Education

INTRODUÇÃO

A questão do respeito às diferenças, sejam elas de origem social, de etnia, cor, credo ou de gênero, entre outras, têm sido alvo de discussões em todo o mundo. Para que aflorassem, foi necessário que se percebessem as injustiças cometidas por grupos dominantes que se julgavam donos do poder e que, muitas vezes inferiores em número, mas superiores em controle, subjugaram durante muito tempo populações inteiras. Foi assim com os negros norte-americanos - e ainda é, pois o racismo não teve fim naquele país – com escravos no Brasil, com nossos índios, com países inteiros na antiga União Soviética e com as mulheres chinesas, só para citar alguns exemplos.

Ainda longe de soluções pacíficas, assistimos atualmente a longas guerras e guerrilhas, passeatas e diversos tipos de ações que apontam a necessidade de outros tempos, em que as diferenças possam ser compreendidas e respeitadas. Para Fischmann (1998), “tratar da discriminação religiosa e étnica é tratar da possibilidade da Paz” (p.961). Sendo a escola um sistema social onde os conceitos (e pré-conceitos) são passados de gerações a gerações, entendemos que ela é co-responsável pela formação de uma nova geração que, finalmente, possa respeitar as diferenças.

Especificamente em relação ao preconceito étnico-racial observamos que este tema tem sido tratado nos Estados Unidos de forma articulada e séria já na formação inicial universitária, ou seja, nas universidades, com currículos e metodologias cuja preocupação básica é estudar a diversidade cultural (GONÇALVES, GONÇALVES E SILVA, 1998). No Brasil, verificamos que alguns grupos, como o Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre o Negro Brasileiro –NEINB-USP¹, Núcleo de

Consciência Negra-USP², Instituto de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros e o Instituto da Mulher Negra –GELEDÉS³, entre outros, também possuem a preocupação de demonstrar quão preocupante é o assunto, principalmente quando observado sob a ótica escolar.

Este ensaio possui a intenção, por meio de extensa revisão de literatura e observações assistemáticas, oriundas da própria vivência da autora, de discutir como o preconceito étnico-racial pode ser formado a partir da Educação Infantil, nas aulas de Educação Física. O objetivo é alertar atuais e futuros professores sobre sua responsabilidade na formação de crianças, bem como para que reflitam e prestem atenção as suas ações e as de seus alunos, muitas vezes impensadas, contribuindo para que não haja mais discriminações ou exclusões em aula.

Embora tenha consciência de que estudos mais profundos necessitam ser realizados sobre o assunto na Educação Física, me parece que levantar questionamentos para o período em que a criança ingressa na escola e está formando representações sobre o mundo - de um ponto de vista que não o estritamente familiar - possa ser considerado um ponto de partida. Assim, apesar de minhas limitações e recente ingresso nos estudos desta área, ousarei refletir com o leitor sobre esta problemática.

RACISMO: DIFERENTES FACES

Todo ser humano, desde o nascimento, deve ter assegurado alguns direitos fundamentais que facilitem sua convivência social, ou seja, dentro de uma determinada sociedade ou cultura. A esses direitos foi dado o nome abreviado de *Direitos Humanos*. Correspondem, então, as necessidades fundamentais dos seres humanos e, como exemplo, cita-se o direito à saúde, educação, alimentação e moradia. Os seres humanos são diferentes, mas possuem necessidades iguais, e são estas que devem ser preservadas e garantidas (www.dhnet.org.br/direitos/textos/oquee/oquedh.htm, acessado em 02.03.2006).

Vivendo em sociedade, os seres humanos devem respeitar-se, uns aos outros, ou seja, todos possuem direitos, mas o direito de um cidadão não pode ultrapassar o direito de outro. Dallari (1998) afirma que, os direitos humanos no Brasil passaram a ser discutidos a partir da década de 1970, apesar dos desaparecimentos, das torturas e dos governos militares ainda imperarem. Hoje, para ele, vivemos em uma encruzilhada, ou escolhemos o humanismo, ou o materialismo...

Essencialmente é isso. O humanismo, considero que esteja refletido na luta pelos direitos humanos. E o materialismo é o capitalismo na sua forma extremada e hoje tem nome de globalização, tem nome de mercado, tem nome de neoliberalismo, mas, essencialmente, materialismo. (www.dhnet.org.br/direitos/textos/oquee/oquedh.htm) (acessado em 03.03.2006).

Para que seja assegurada a dignidade da pessoa humana faz-se necessário refletir sobre a teoria e a prática dos direitos humanos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, proclamada em 1948, embora tenha sido elaborada com o intuito de ser universal e, mesmo tendo sido acrescida por pactos políticos e sociais, tornou-se insuficiente, tendo em vista a falta de eficácia dos sistemas de proteção dos direitos humanos em diversos países (Barretto, 1998).

Por esta razão, faz-se necessária uma reflexão de cunho social, político e jurídico, enfim, em diferentes instâncias, para que haja garantia desta declaração.

Para Bobbio (1992) os direitos humanos só podem ser aceitos quando seus princípios estiverem contidos nas diferentes culturas, pois não significam proibir ou permitir apenas, significam trocar idéias e promover a paz, que é impossível em um

mundo que não respeite as desigualdades. Temos presenciado inúmeras situações de violação de direitos humanos que nos fazem pensar que a universalização desses direitos ainda está longe de ser alcançada.

Somente um direito realmente global, universal, será capaz de manter e legitimar a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Neste sentido, a identificação de valores comuns às diferentes sociedades torna-se urgente e necessária. Para Barretto (1998), esta idéia pode ser resumida no respeito à dignidade humana, que vai além da individualidade, ou seja, baseia-se também na dimensão social do ser humano. Assim, apoiados em valores morais de individualidade e autonomia dos indivíduos, mas com a garantia das necessidades da sociedade, poder-se-á falar em direitos humanos.

O racismo fere os direitos humanos, na medida em que discrimina a partir de uma classificação. Como a tendência do ser humano é classificar tudo que existe, atribuições de juízos de valores foram criadas e divididas em diferentes categorias. Assim, de acordo com Borges, Medeiros e d'Adesky (2002, p.42), em nome destes juízos “nos damos o direito de desprezar ou hostilizar o outro”.

Enquanto preconceito entende-se: 1-Idéia pré-concebida. 2-, suspeita, intolerância, aversão a outras raças, credos, religiões, etc. (FERREIRA,1986, p. 404). A discriminação seria o ato de discriminar ou segregar. O preconceito, como a palavra observa, significa um pré-conceito ou um conceito ou juízo de valor formado *a priori*. De qualquer forma, juridicamente os termos preconceito e discriminação são utilizados na redação de leis antidiscriminatórias⁴, passíveis de serem utilizadas em prol do cidadão que se sinta discriminado.

Entende-se como racismo: 1- Doutrina que sustenta a superioridade de certas raças. (FERREIRA,1986, p. 424).

Apesar da tentativa de explicações científicas, entende-se que biologicamente o conceito de *raça* não se sustenta, a não ser o de espécie humana e, na verdade, o entendimento passa a ser muito mais cultural, político ou sociológico. Entretanto, os termos racismo e preconceito racial, permanecem em uso, devido sua fácil compreensão no cotidiano da língua. Para Borges, Medeiros e d'Adesky (2002), o racismo consiste na divisão dos povos em raças, com a intenção de hierarquizá-las com base em raciocínios ou explicações científicas. Estas classificações tomaram como base o raciocínio europeu; até hoje, desconhecemos a história, por exemplo, dos povos africanos. O racismo pode ser vislumbrado nas discriminações dos negros, índios, judeus, entre outros. Para a sociologia, a *raça* é uma construção social, que existe sustentada apenas em razão das ideologias racistas. Esta se sustenta criando, segundo Telles (2003), uma sociedade estratificada. Resumindo: os preconceitos e discriminações são invenções dos que se dizem *humanos*.

O Brasil foi formado por uma série de povos vindos de diferentes lugares do planeta, além dos habitantes naturais que quase foram dizimados. Para Munanga, (1999) além de um fato biológico de mestiçagem (miscigenação) ocorreu um fato transcultural dos povos envolvidos, porém, o processo de identidade e identificação pelo qual passamos atualmente é ideológico-político, sendo dependente de relações de poder, passível, portanto, de negociação.

No que diz respeito a população negra no Brasil, ela foi oprimida durante muitos anos e, conseqüentemente, as chances de ascensão social sempre foram menores para os indivíduos deste grupo. Rosemberg (1998) realizou interessante estudo em que demonstra as desigualdades entre brancos e negros, tanto nas relações sociais, quanto nas educacionais, mostrando o quanto os negros foram e são prejudicados nestes aspectos.

Além da falsa idéia de democracia racial tem-se o ideário da mestiçagem que, para muitos, representa a possibilidade de branqueamento do brasileiro, sendo o Brasil considerado como tendo o mais alto e intenso índice de mestiçagem do continente americano dos últimos cinco séculos (MUNANGA, 1999).

⁴ Como exemplo, a Lei 7.716, de 05 de janeiro de 1989. Em sua redação encontra-se: “ Art. 1º. Serão punidos, na forma desta lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceitos de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. BRASIL, Leis etc. *Documentação civil. Política antidiscriminatória*. Crimes de tortura. Declaração universal dos direitos humanos. Programa nacional de direitos humanos. Brasília: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, 1998

Em países como os Estados Unidos e a África do Sul, o modelo de racismo desenvolvido foi o diferencialista, ou seja, a absolutização das diferenças, com sociedades desiguais e hierarquizadas. Nesse modelo, considera-se a origem ou *one-drop rule*, (uma gota de sangue) definidora da identidade da pessoa. Já no Brasil, imperou o racismo universalista, que busca a integração na sociedade e é baseado nos valores humanos universais. Por outro lado, na visão de Munanga (1999) este modelo contribui para a desconstrução da identidade étnica. Tem-se também a formação de um pluriculturalismo, mais liberal e democrático, que respeita todas as culturas, sem tomar partido de nenhuma delas, mas exige que o Estado interfira para assegurar uma coexistência pacífica entre elas. Atualmente, no Brasil, os movimentos e entidades negras são representantes desse pluriculturalismo.

Lançado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o livro “Brasil: 500 anos de povoamento” (IBGE, 2000) fornece uma ampla visão da forma como as diferentes culturas, advindas muitas vezes de países longínquos como o Japão, contribuíram na formação do povo brasileiro.

Segundo Telles (2003) “a mistura racial, a miscigenação ou mestiçagem, constitui o pilar central da ideologia racial brasileira (p.16)”. A idéia de que o povo brasileiro vive uma democracia racial foi (e talvez continue a ser) reconhecida como um exemplo a ser seguido durante anos. Nas duas últimas décadas, principalmente, esta afirmativa vem sendo colocado em questão e comprova-se que o racismo é generalizado em nossa sociedade.

Entretanto, apesar do discurso da igualdade, o Brasil mantém a inexistência de uma democracia étnico-racial. Alguns exemplos comprovam a experiência da branquitude - a consideração de que o branco é o detentor do padrão de sucesso e beleza - e as conseqüentes tentativas de se aproximar deste padrão. Vemos a televisão apresentar como bem sucedidas pessoas brancas, deixando papéis menos considerados socialmente para os negros.. Quando há inversão nestes papéis levantam-se polêmicas nos jornais e na população de forma geral. Segundo o sociólogo Oracy Nogueira (apud PINHEIRO, 1999) enquanto para os americanos o preconceito é de origem racial, para o Brasil ele é de cor. Florestan Fernandes (apud TELLES, 2003), por exemplo,

... associava a miscigenação com a campanha de branqueamento que visava eliminar os negros da população brasileira. Portanto, Fernandes não apenas ignorou a prática da miscigenação como também a rejeitou, simplesmente por acreditar ser parte de uma ideologia de legitimação da discriminação racial (p.21).

Na Educação, a atual discussão recai sobre as cotas para negros nas universidades, uma ação chamada *afirmativa*, ou seja, uma ação governamental que tenta reparar os prejuízos advindos de anos de escravidão. A pirâmide social, onde hipoteticamente algumas pessoas estão no pico, por deterem dinheiro e poder, enquanto a maioria da população é representada pela base da pirâmide, por possuir pouco dinheiro e poder, os negros são as maiores vítimas, ocupando esta base. O problema maior, na educação, está na formação anterior à universitária, no Ensino Público Fundamental e Médio que continua, apesar das tentativas de mudanças governamentais, a não preparar adequadamente o jovem para enfrentar o vestibular, outro sistema injusto. Talvez, enquanto paliativo, as cotas devessem ser para níveis sociais mais baixos e não para negros, o que pode fazer com que o Brasil copie, mais uma vez, um mau exemplo americano, o da segregação racial. Segundo Pereira (1998) as cotas são vistas com desconfiança:

As experiências de políticas de ação afirmativa implantadas na Europa, nos EUA e em outras partes do mundo para promover mulheres, diferentes grupos étnicos, ou outros grupos excluídos, não devem ser simplesmente transportadas para o Brasil , mas devem ser consideradas referências e experiências importantes a serem observadas às nossas realidades (p. 786).

Em relação à escola, entrar e permanecer nela é, ainda hoje, mais difícil para uma criança negra do que para uma criança branca. Sem entrar no mérito do que venha a ser branco ou negro, tendo em vista não ser este o objetivo do trabalho, vários estudos comprovam as teses anteriores, de ascensão social e permanência na escola. Entre eles, destaco os trabalhos veiculados para discussão, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, de Soares & Dillon (2000), que faz uma comparação entre os diferenciais salariais de homens negros, mulheres e mulheres negras, quando comparados aos de homens brancos e de Jaccoud e Beghin (2002) que possibilita verificar os progressos de intervenção do governo brasileiro sob a perspectiva das desigualdades raciais. Este, em particular, realiza um levantamento dos níveis de renda, trabalho e escolarização. Por exemplo, em relação à taxa de analfabetismo, em 1992, encontramos 11% de brancos e 26% de negros analfabetos. Já em 2001 estes percentuais caíram para 8% de brancos e 18% de negros.

Levantar questionamentos sobre as atitudes racistas em educação no Brasil é fundamental, tendo em vista a diversidade étnica no país. No entanto, como este tema não é aprofundado, e muitas vezes nem discutido nos cursos de formação, ao deparar-se com problemas e atitudes racistas o professor quase nunca sabe como agir, isto quando ele mesmo não é o ator principal de cenas de racismo escolar. Canen (2001) referindo-se a exemplos de estudos sobre representações docentes a respeito da diversidade, alerta sobre.

A presença de representações docentes impregnadas de visões estereotipadas sobre crianças faveladas, meninos de rua, crianças negras, alunos provenientes de escolas para ‘pobres’, alunos com dificuldades na língua padrão, indicando o peso dessas representações nas ações pedagógicas desenvolvidas no espaço escolar (p.213).

Um dos exemplos está na linguagem cotidiana. Segundo Itani (1998), quando nos referimos a uma *peessoa de cor* e não *negra* para designar uma pessoa de origem afro-brasileira, estamos expressando a própria afirmação do preconceito, ou seja, estamos utilizando “*alguns subterfúgios para não se dizer aquilo que uma coisa realmente é*” (p. 122).

A afirmação do parágrafo anterior pode até chocar, mas foi comprovada em pesquisa realizada pela professora Eliane Cavalleiro (2000) quando a mesma, ao realizar observações em uma classe de pré-escola de uma escola pública de classe média em São Paulo, presenciou atitudes de preconceito étnico-racial e frases reveladoras de humilhação a crianças negras. De acordo com a autora, as professoras são menos carinhosas, dão menos atenção, chegando a ser impacientes com estas crianças.

Em entrevista a Pinheiro (1999), a pesquisadora, que é negra, afirma ter sido alvo de discriminação pois, embora tenha afirmado que ficaria observando as aulas, foi solicitada a servir o lanche, fazer cartazes e limpar o chão. Uma das cenas mais chocantes de suas observações recaí sobre o fato de uma criança negra; ao demonstrar que gostaria de se parecer com a apresentadora Angélica, foi, a partir daí, sendo sempre chamada pela professora de *Angélica* e, quando a menina respondia ao chamado, esta professora caía na gargalhada.

De tudo que tenho lido sobre o assunto, percebo que tentar igualar a diferença étnico-racial (ou de cor) não é aceita nem mesmo para os negros, ou seja, parece ser melhor tratar e aceitar as diferenças do que ter a pretensão de igualá-las. Falar sobre este assunto não é tarefa fácil e um certo mal estar acomete quem ousa enfrentá-lo. Isto tudo porque não somos educados para aceitar as diferenças, sejam elas quais forem: de gênero, de sexualidade, de idade – falar sobre a possibilidade dos mais velhos terem uma vida prazerosa e não de abandono era, há pouco tempo atrás, impensável -; dos portadores de necessidades especiais – aprendemos um pouco de cada coisa na escola, mas não aprendemos a auxiliar (ou aceitar suas dificuldades) um deficiente visual a atravessar a rua, por exemplo. O mesmo ocorre com as questões raciais.

A escola é um dos sistemas que ignorou a história dos descendentes africanos e a história ligada à Cultura afro-brasileira, seja pela falta concreta desta história, anterior ao sistema escravagista no Brasil, nos currículos, seja pela dimensão dada aos

papéis sociais nos livros didáticos. A proposta do Movimento Negro contemporâneo é a de uma formação pedagógica que prepare o profissional da educação para lidar com este tema em sala de aula, bem como recursos alternativos, ou seja, que alterem a imagem criada até então (SILVA, 2001).

A Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que inclui no currículo oficial da LDB 9394/96 a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira no ensino fundamental e médio, veio somar-se às iniciativas do movimento negro brasileiro (GOMES, 2003).

Para Fischmann (1998), a relevância da escola está justamente em, além de fornecer informações, ser ... “facilitadora de processos que conduzam à formação da capacidade crítica, bem como de habilidades de expressão de opinião e, sobretudo, de resistência à opressão (p.969)”.

EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil, que abrange a educação que ocorre em creches e pré-escolas, segundo o artigo 21 da LDB 9394/96 (BRASIL, 1996), é uma das instituições na qual a criança participa, além da familiar e, às vezes, da religiosa. Principalmente nos últimos anos, quando a mãe passou a engrossar o saldo financeiro familiar, ou mesmo a ser responsável única pelo mesmo, cada vez mais vemos as crianças neste tempo escolar que vai de zero a seis anos. Embora não concorde com a denominação pré-escola, juntamente com Freire (1989), acredito que ela é responsável por inúmeras atribuições, entre elas a complementação e/ou formação do caráter das crianças, principalmente quando elas permanecem por grandes períodos nesta instituição.

Nas instituições particulares observamos que as classes são formadas por poucas crianças, o suficiente para que as professoras⁵ possam dar atenção especial a todas. Já com o ensino público não ocorre o mesmo e, conseqüentemente, é mais difícil para as professoras acompanharem todas as crianças.

Para Hasenbalg e Silva (1990) os educadores não estão preparados para lidar com a criança pobre (onde a maioria é negra), e nas escolas de periferia, geralmente com poucos recursos, principalmente, há a crença de que nada mais é possível de se fazer para melhorar a condição em que vivem, ou seja, nem os professores, nem os pais crêem que as crianças possam elevar seu nível social. Já ouvi de algumas mães que moram em periferia a afirmação de que não sabem para que deixar as crianças na escola, não vão terminar mesmo...

Em artigo sobre a formação de preconceito nos Estados Unidos (RASCHE, KUDE, 1986) afirmam que este ocorre quase que inconscientemente quando as professoras, já no primeiro dia de aula, separam as crianças em *mesinhas*. Forma-se, então, uma pré-concepção de que algumas *mesinhas* são formadas por crianças que serão bem sucedidas, outras são compostas por crianças que não se sustentarão na escola. O que ocorre na verdade é um (pré) julgamento, e as professoras passam a ter atitudes discriminatórias, ou seja, não dão atenção a estas crianças, geralmente pobres e/ou negras, as recriminam constantemente, não são afetuosas e todo e qualquer problema que surja em aula será considerado como culpa destas crianças.

Segundo os autores, este pré-conceito é passado de professora para professora, até que, na maioria das vezes, a criança seja reprovada, chegando mesmo a desistir de freqüentar a escola, depois de algumas das reprovações.

Experiências interessantes contra o preconceito étnico-racial felizmente ocorrem, como a retratada por Santos (2001) em uma escola de Educação Infantil na Itália, onde a convivência com a diversidade é assegurada através da garantia de vagas a 60% da população de origem não-italiana, e uma das atividades é a realização de um dia por semana do que é denominada *Convivência Cultural*. Neste dia, um integrante de uma família de um dos alunos é convidado a apresentar o seu país, através de fotos, músicas, jogos, trajés típicos etc.

⁵ Poucos são os professores que militam neste período escolar, chegando mesmo a ser exceção. Portanto, a feminilização da profissão professor na Educação Infantil é fato, a não ser pela participação de professores do sexo masculino da disciplina Educação Física.

A desmobilização do preconceito e da discriminação precisa ser incentivada nos cursos de formação profissional, principalmente no de professores. Algumas sugestões para tal podem ser encontradas em Nascimento (2001), tais como:

...desvelar as significações racistas de linguagem e dos conteúdos didáticos, bem como nomear as atitudes agressivas contidas em piadinhas, apelidos e incidentes aparentemente “sem importância”. O impacto desses fatos sobre a formação de uma personalidade infantil pode ser devastador (p. 124).

Em relação aos apelidos, temos como por exemplo *a moreninha* ou *aquela de cor*. Quando eu estudava, na quarta série, a professora colocou o apelido de *meu coquinho queimado* em uma das meninas negras de minha classe porque ela era filha de lavadeira e suas roupas cheiravam a sabão de coco. Embora naquele momento me parecesse extremamente afetuoso, agora percebo o quanto poderia estar discriminando a criança, que sequer foi consultada sobre gostar ou não do apelido.

Lembra Cavalleiro (2001) que, “além de discriminar no momento, os comentários feitos na presença das crianças podem ser por elas interiorizados e reproduzidos nos demais espaços da sociedade. São tratamentos que denotam desrespeito e podem constranger as crianças” (p. 145).

Para a mesma autora, que presenciou atitudes de professoras de creches e escolas de educação infantil, há situações ainda piores, caso das professoras que ofendem as crianças negras com termos como *filhote de São Benedito*, *cão em forma de gente* e *carvãozinho*.

Entretanto, há de se relacionar o fato de que entre as crianças pequenas impera a cordialidade e o afeto, sendo freqüente o contato físico entre elas, independente de sua cor de pele.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais –PCNs (BRASIL, 1998) foi muito feliz ao concretizar o que grupos minoritários e a própria Organização Mundial das Nações Unidas (ONU) procuram desenvolver: uma cultura da paz. Nos PCNs ela foi denominada como respeito à Pluralidade Cultural. Através de um texto especialmente elaborado para o livro sob o título de *Temas Transversais*, o capítulo da temática Pluralidade Cultural apresenta:

(...)diz respeito ao conhecimento e à valorização de características dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e à crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, oferecendo ao aluno a possibilidade de conhecer o Brasil como um país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal. (p.121).

Adverte o texto, que valorizar as diferenças étnicas e culturais significa respeitar essas diferenças enquanto uma expressão de diversidade, mas não enquanto uma adesão aos valores do outro. Ao mesmo tempo não significa a divisão ou o esquadramento de nossa sociedade em grupos culturais fechados. Principalmente na Educação Infantil, acredito que seria extremamente prejudicial aos alunos.

No entanto, o próprio texto levanta um grave problema na formação profissional de professores, o de que a temática do preconceito, da discriminação e do “mito da democracia racial brasileira” (p. 125) raramente é discutido, chegando-se a adotar o senso comum em determinadas ações, de maneira involuntária ou inconsciente. O fato de vivermos em um país que durante muito tempo viveu sob o desígnio de que não havia preconceito étnico talvez tenha contribuído para estas ações (ou falta delas). A sugestão é que se instrumentalize o professor e demais atores escolares, embora se registre a dificuldade de posições teóricas que se alternam, sendo por vezes conflitantes e até divergentes. Mas, é o resultado de uma discussão que praticamente se inicia no país, comparando-se com os anos de silêncio a respeito desse tema.

EDUCAÇÃO FÍSICA E A FORMAÇÃO DE PRECONCEITO

Por falta de estudos empíricos em Educação Física Infantil, é difícil afirmar que exista realmente preconceito étnico-racial

nestas aulas. Empreendi um único estudo, juntamente com alunas do curso de graduação em licenciatura no Departamento de Educação Física da UNESP de Rio Claro, no qual entrevistamos alunos dos cursos de Bacharelado e Licenciatura⁶ sobre a possibilidade de terem sido alvo ou presenciado atitudes de preconceito, discriminação e/ou exclusão na escola e nas aulas de Educação Física. A análise deste estudo mostrou cinco tipos de atitudes discriminatórias ou excludentes a saber: do negro, do portador de necessidades especiais, de gênero, do obeso e do menos habilidoso.

Em relação ao preconceito étnico-racial foi relatado um fato interessante, quando um aluno negro foi ofendido por uma professora:

Suj. 25/M/19 – Sim, uma vez o mesmo amigo citado na questão anterior foi alvo da discriminação da própria professora de Educação Física. A professora estava dando aula de 'ginástica' (muito mal dada por sinal) e muitos meninos estavam brincando e fazendo piadas durante a aula, quando a professora disse para ele: Preto quando não caga na entrada, caga na saída!. Após isso, nós amigos dele nos revoltamos e fomos à diretoria para denunciar o ato ao diretor, que fez com que a professora se desculpasse.

Felizmente a organização dos colegas fez com que a professora voltasse atrás em sua atitude mas, quantas vezes será que alunos negros passam por situações onde são expostos e nem sempre podem se defender?

Em minha experiência como professora na Educação Infantil ou como coordenadora de programas institucionais, nos quais visitei muitas escolas, posso afirmar que a população infantil freqüentadora da escola pública é constituída por muitas crianças pobres e negras, além das pobres e brancas e de classe média ultimamente. Inúmeras vezes as crianças saem limpas da escola ou creche e retornam sujas no dia seguinte. Na periferia das grandes cidades este fato cruel é uma constante. Além disso, as crianças muitas vezes têm piolhos e feridas que as fazem ser discriminadas pelos próprios companheiros. É obvio que um trabalho realizado com as mães por algumas escolas melhora esta situação.

Uma das situações que presenciei foi a discriminação de uma criança negra, não pelas outras crianças, mas por uma mãe de criança branca ao tentar impedir que seu filho brincasse com um menino negro. Assim, é possível compreender que o preconceito é transmitido de geração em geração e aprender a eliminá-lo pode ser conseguido na escola. Aliás, ao observarmos crianças brincando vemos como elas não levam em consideração a cor da pele na escolha dos companheiros de brincadeira. Apenas a partir de certo tempo na escola é que manifestações de preconceito étnico-racial podem surgir. O que pensar a esse respeito? Infelizmente que a própria escola pode ser disseminadora desse problema.

Se entendermos que a Educação Física é um espaço no qual as pessoas tocam nos corpos uns dos outros (algumas brincadeiras, por exemplo, exigem que se dêem as mãos, que um empurre ou puxe o outro etc.), que auxilia na formação da auto-imagem positiva e na imagem do outro, entenderemos quão importante é sua participação na criação (ou destruição) do preconceito étnico-racial. PCNs (BRASIL, 1998) levanta, inclusive, esta possibilidade:

É necessário considerar outros modos de comunicação, como a linguagem do corpo e a linguagem das artes em geral, permitindo transversalizar, em particular, com Educação Física e Arte. A música, a dança, as artes em geral, vinculadas aos diferentes grupos étnicos e a composições regionais típicas, são manifestações culturais que a criança e o adolescente poderão conhecer e vivenciar (p.133).

Para Silva (2001) as representações de raça/etnia, gênero e desempenho determinam as relações, os comportamentos, as expectativas e as interações sociais. Desta forma, para a autora, um professor despreparado para lidar com essas situações pode inserir ou perpetuar o racismo e a discriminação étnico-racial no ambiente escolar. E o professor de Educação Física, está

⁶ RANGEL, I. C. A.; OLIVEIRA, A. F.; SOUZA, C. P.; SILVA, C. R. Discriminação, preconceito e exclusão em aulas de Educação Física escolar. Anais do VII Seminário de Educação Física escolar- EEFUEUSP. v. 1, p. 87-88, 2003.

preparado para trabalhar com estas representações? Não temos pesquisas suficientes para responder a estas questões, só nos resta tecer hipóteses de que, da mesma forma como os demais professores ainda não possuem subsídios suficientes, o professor de Educação Física também não os possui.

Unindo o entendimento sobre a formação do caráter da criança na Educação Infantil à formação da auto-imagem corporal na Educação Física e à convivência social que esta disciplina exige, sugiro alguns pontos para reflexão da atuação do professor, a saber:

Em primeiro lugar creio que o professor deve rever seus próprios conceitos (e talvez preconceitos) referentes ao racismo. Por vezes o discurso pode ser bonito, mas as atitudes não são condizentes com ele. Para tanto, é necessária uma reflexão profunda sobre os valores, crenças e comportamentos do professor no ambiente escolar (CAVALLEIRO, 2001). Sugiro a confecção de um registro por escrito durante as aulas. A sistematização de um registro pode levar à consciência de nossas próprias atitudes.

É preciso que os adultos voltem o questionamento para seu próprio comportamento (porque são modelos constantemente na “mira” das crianças e adolescentes) e analisem quais são as suas atitudes, no dia-a-dia, frente aos preconceitos, exclusões e parcerias. (BIASOLI-ALVES, 2001, p. 89)

Realizar leituras⁷ sobre o assunto pode também facilitar o entendimento sobre a formação do preconceito, que não se restringe ao racismo. Outras formas de preconceito podem estar sendo veiculadas em nossas aulas, sem que nos demos conta disso. De acordo com PCNs (BRASIL, 1998) os (...) “processos migratórios colocam em contato grupos sociais com diferenças de fala, costumes, de valores, de projetos de vida”... marcando ...”a vida social brasileira” (p.125). Aproveitar os momentos em que surjam falas ou ações que demonstrem a diversidade brasileira ou até mesmo provocá-las pode ser uma oportunidade de trabalho disciplinar.

A cultura brasileira, formada por um leque vastíssimo de influências é extremamente rica. É possível iniciar um trabalho de conhecimento dessas influências a partir da História e mostrar que as transformações e adaptações foram possíveis. No caso da influência dos povos vindos da África, por exemplo, são diferentes de país para país (Moçambique, Congo, Nigéria, entre outros) e formaram a base para ressignificações culturais em livros, objetos de arte, música e dança no Brasil. A Capoeira é um exemplo ímpar que possui características a serem exploradas e contextualizadas desde a Educação Infantil.

PCNs (BRASIL) propõem várias atividades a serem desenvolvidas junto aos alunos, entre elas: pesquisa e cultivo de brincadeiras, jogos e danças da cultura popular; sobre as práticas ligadas a estas atividades em diferentes comunidades; construção de brinquedos, expressões regionais, entre outras. Lembra ainda que estas práticas devem ser incorporadas ao contexto escolar sistematicamente e não simplesmente em eventos.

Dar valor à troca de informações a respeito das diferentes culturas, favorecendo o enriquecimento recíproco, mas no qual as partes envolvidas mantêm a identidade (PINTO, 1999), é um outro objetivo do professor.

Não trabalhar as questões históricas do negro somente em datas comemorativas ou achar que se pode trabalhar apenas com o folclore. Para Pereira (1998) os negros brasileiros foram submetidos a um processo de destruição da auto-estima muito intenso. Ao afirmar personagens negros da história, por exemplo, estaremos reforçando a imagem positiva e, assim, como afirma Santos (2003) os alunos negros não reforçarão a imagem de que valem menos e os alunos brancos de que valem mais. Leituras esclarecedoras como Fonseca (2000) e Nascimento (2001) podem auxiliar os professores na construção de seu próprio repertório sobre o assunto.

⁷ Indico a leitura inicial e interessante de Santos, J.R. O que é racismo. São Paulo: Brasiliense, 2005 (Coleção Primeiros Passos, 7)

O exemplo citado da Convivência Cultural italiana pode ser copiado nas escolas, favorecendo o intercâmbio entre diferentes culturas. Algumas brincadeiras que desconhecemos, mas que podem ser pesquisadas na cultura africana, devem ser valorizadas em aulas. Provavelmente algum membro da comunidade conhece uma música ou brincadeira cantada por ancestrais de origem africana e convidá-lo a participar das aulas aumentaria sobremaneira a cultura de todas as crianças.

A valorização dos corpos das crianças possibilitará a formação de uma auto-imagem positiva. Não determinar se a beleza vem deste ou daquele modelo ou padrão de beleza, mas valorizar a beleza da própria criança, é mais indicado na escola. O elogio deve fazer parte de nosso discurso, mas ele será ínfimo se não vier acompanhado de uma ação verdadeira, real. Talvez os professores não elogiem por não saberem quanto isto significa na formação da auto-imagem. Ser reconhecido e aceito deve ser válido para todas as crianças.

Observar se suas manifestações de afeto não estão dirigidas a apenas algumas crianças. Beijar e abraçar as crianças é quase que inerente à profissão de professor de Educação Física. Ainda não possuímos pesquisas que dêem conta de observações sobre estas atitudes em professores de Educação Física, mas em Educação Infantil ela é verdadeira (CAVALLEIRO, 2000).

O estudo sobre as representações do corpo negro no cotidiano escolar poderá ser uma contribuição não só para o desvelamento do preconceito e da discriminação racial na escola, como também, poderá nos ajudar a construir estratégias pedagógicas alternativas que nos possibilitem compreender a importância do corpo na construção da identidade étnico-racial de alunos, professores negros, mestiços e brancos e como esses fatores interferem nas relações estabelecidas entre esses diferentes sujeitos no ambiente escolar (GOMES, 2003)

Não aceitar (quem cala, consente) ou deixar que as crianças coloquem apelidos pejorativos. Mesmo que a criança afirme que gosta do apelido, devemos nos questionar sobre o mesmo, se é ofensivo ou não e, em caso positivo, não aceitar que seja utilizado.

CONCLUSÕES

Como no Brasil a idéia de que o preconceito étnico-racial não existe (essa idéia é marcante), não estamos acostumados à idéia de dirigir nosso olhar e atenção a ele. Entretanto, como relatado, estudos atuais têm demonstrado que ele é um fato, camuflado talvez, mas existente. Assim, estar atento às ações discriminatórias que podem afetar uma vida, que está sendo introduzida na escola, requer que passemos de observadores a atores, ou seja, não podemos mais assistir a atos discriminatórios de preconceitos raciais (nem de qualquer tipo), sem agirmos contra ele.

Enquanto professores de Educação Física, atuantes na escola e trabalhando com as diferenças individuais e coletivas, devemos estar atentos às nossas ações e às ações de nossos alunos. Lembrando de nossa responsabilidade perante a formação da criança, devemos possibilitar a todas, independentemente de qualquer classificação, uma vida livre de preconceitos. Atuar contra a formação de preconceitos não é mais uma necessidade, mas um imperativo em nossa atuação profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRETTO, V. Universalismo, multiculturalismo e direitos humanos. In: PINHEIRO, P. S.; GUIMARÃES. S. P. (org.) *Direitos Humanos no século XXI*. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão, 1998. p. 369-389.
- BIASOLI-ALVES, Z. M. M. Crianças e adolescentes: a questão da tolerância na socialização das gerações mais novas. In: BIASOLI-ALVES, Z. M. M.; FISCHMANN, R. (orgs) *Crianças e adolescentes: construindo uma cultura da tolerância*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. p. 27-32.
- BOBBIO, N. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro:Campus, 1992
- BORGES, E.; MEDEIROS, C. A.; d'ADESKY, J. *Racismo, preconceito e intolerância*. São Paulo: Atual, 2002.
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais:terceiro e quartos ciclos*. apresentação dos temas transversais. Brasília:MEC/SEF, 1998.
- BRASIL, Ministério de Educação e do Desporto. *Lei de diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília, MEC, 1996.
- CANEN, A. Universos culturais e representações docentes: subsídios para a formação de professores para a diversidade cultural. *Educação e Sociedade*, ano XXII, n. 77, p. 207-227, 2001.
- CAVALLEIRO, E. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. São Paulo: Contexto, 2000.
- CAVALLEIRO, E. (org.). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*.São Paulo: Summus, 2001
- DALLARI, D. A. *A globalização e seus efeitos excludentes: serão respeitados os direitos humanos nos próximos 50 anos?* In: www.iedc.org.br/publica/dialogando/dallari.htm, 1998 (acessado em 03.03.2006)
- FERREIRA, A. B. H. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p.596,739,1380 e1443, 1986 (2ª. ed.).
- FISHMANN, R. Estratégias de superação da discriminação étnica e religiosa no Brasil. In: PINHEIRO, P. S.; GUIMARÃES. S. P. (org.) *Direitos Humanos no século XXI*. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão, 1998. p. 959-985.
- FONSECA, . S. N. (org.) *Brasil afro-brasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- FREIRE, J. B. *Educação de corpo inteiro*. São Paulo: Scipione, 1989.
- GONÇALVES, L. A. O.; GONÇALVES E SILVA, P. B. *O jogo das diferenças*. Belo Horizonte:Autêntica, 1998.
- GOMES, N. L. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. *Educação e Pesquisa*, v. 29, n. 1, p. 167-182, 2003.
- HASENBALG, C. A.; SILVA, N. V. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, n. 73, p. 5-12, 1990.
- IBGE. *Brasil, 500 anos de povoamento*. IBGE:Rio de Janeiro, 2000.
- ITANI, A. *Vivendo o preconceito em sala de aula*. In: AQUINO, J. G. Diferenças e preconceito na escola. São Paulo: Summus, 1998.
- JACCOUD , L.; BEGHIN, N. *Desigualdades raciais no Brasil, um balanço da intervenção governamental*. Brasília : Ipea, 2002. In: www.ipea.gov.br/temasespeciais/desigualdades/partel.pdf. (acesso em 01.03.2006).
- MUNANGA, K. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. Petrópolis:Vozes, 1999.
- NASCIMENTO, E. L. Sankofa: educação e identidade afrodescendente. In: CAVALLEIRO (org.) *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo:Summus, 2001. p. 115-140.
- PEREIRA, D. M. Os negros no Brasil: estratégias para a promoção de seus direitos no século XXI. In: PINHEIRO, P. S.; GUIMARÃES. S. P. (org.) *Direitos Humanos no século XXI*. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão, 1998.
- O que são direitos humanos. www.dhnet.org.br/direitos/textos/oquee/oquedh.htm (acessado em 02.03.2006).
- PINHEIRO, D. A classe média negra. *Revista Veja*. n. 33, p. 62-69, 1999.

- PINTO, R. P. Diferenças étnico-raciais e formação do professor. *Cadernos de pesquisa*, n. 108, p.199-231, 1999.
- RASCHE, V. M. M.; KUDE, V. M. M. Pigmalião na sala de aula: quinze anos sobre as expectativas do professor. *Cadernos de Pesquisa*. n. 70, p. 57-69, 1986.
- ROSEMBERG, F. Raça e desigualdade educacional no Brasil. In: AQUINO, J. G. *Diferenças e preconceito na escola*. São Paulo: Summus, 1998.
- SANTOS, I. A. A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial: alguns caminhos. I: CAVALLEIRO (org.) *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo:Summus, 2001.
- SANTOS, I. A. Educação para todos ou nem “um” a menos: a inclusão da temática racial no cotidiano escolar. *Caderno temático de formação I*. São Paulo: SME/DOT, 2003. p. 24-28.
- SILVA, M. A. Formação de educadores/as para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial. In: CAVALLEIRO (org.) *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo:Summus, 2001. p. 65-82.
- SOARES S.; DILLON, S. *O Perfil da Discriminação no Mercado de Trabalho: homens negros, mulheres brancas e mulheres negras*. Brasília:IPEA, 2000. In: www.ipea.gov.br/temasespeciais/desigualdades/partel.pdf. (acesso em 01.03.2006).
- TELLES, E. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumara/Fundação Ford, 2003.

Contatos

UNESP – Rio Claro
Fone: 19 3526 4100 e 19 3534 0009/ 19 35264636/ 19 3526 4320
Endereço: Av 24A, 1515 Caixa Postal 199 Cep 13506 900 – Rio Claro SP – Brasil
E-mail: tatirene@rc.unesp.br

Tramitação

Recebido em: 08/11/05
Aceito em: 04/05/06